

PREFEITURA MUNICIPAL DE AMARAJI
ANEXO 13 - BALANÇO FINANCEIRO - MCASP
DEZEMBRO(31/12/2025)

Exercício de 2025



Pág.: 1

CONSOLIDADO

INGRESSOS			DISPÊNDIOS				
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
RECEITA ORÇAMENTÁRIA		<u>104.974.092,47</u>	<u>94.440.760,51</u>	DESPA ORÇAMENTÁRIA		<u>104.221.818,31</u>	<u>97.710.533,42</u>
<u>RECURSOS NÃO VINCULADOS</u>		<u>49.763.045,30</u>	<u>46.787.783,29</u>	<u>RECURSOS NÃO VINCULADOS</u>		<u>55.299.508,51</u>	<u>34.136.548,19</u>
<u>RECURSOS VINCULADOS (EXCETO AO RPPS)</u>		<u>45.742.731,37</u>	<u>40.259.299,01</u>	<u>RECURSOS VINCULADOS (EXCETO AO RPPS)</u>		<u>40.077.880,77</u>	<u>45.311.864,07</u>
RECURSOS VINCULADOS À EDUCAÇÃO		25.414.195,47	23.888.390,18	RECURSOS VINCULADOS À EDUCAÇÃO		26.006.302,70	26.867.777,22
RECURSOS VINCULADOS À SAÚDE		15.257.763,72	9.155.854,89	RECURSOS VINCULADOS À SAÚDE		11.617.198,51	15.088.388,82
RECURSOS VINCULADOS À ASSISTÊNCIA SOCIAL		945.883,53	914.284,02	RECURSOS VINCULADOS À ASSISTÊNCIA SOCIAL		911.211,08	639.655,15
RECURSOS VINCULADOS À PREVIDÊNCIA SOCIAL		0,00	0,00	RECURSOS VINCULADOS À PREVIDÊNCIA SOCIAL		0,00	0,00
DEMAIS VINCULAÇÕES DECORRENTES DE TRANSFERÊNCIAS		3.317.826,20	5.510.713,03	DEMAIS VINCULAÇÕES DECORRENTES DE TRANSFERÊNCIAS		556.157,68	1.749.197,13
DEMAIS VINCULAÇÕES LEGAIS		0,00	0,00	DEMAIS VINCULAÇÕES LEGAIS		0,00	0,00
OUTRAS VINCULAÇÕES		807.062,45	790.056,89	OUTRAS VINCULAÇÕES		987.010,80	966.845,75
<u>RECURSOS VINCULADOS AO RPPS</u>		<u>9.468.315,80</u>	<u>7.393.678,21</u>	<u>RECURSOS VINCULADOS AO RPPS</u>		<u>8.844.429,03</u>	<u>18.262.121,16</u>
RECURSOS VINCULADOS AO RPPS - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO)		0,00	0,00	RECURSOS VINCULADOS AO RPPS - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO)		0,00	0,00
RECURSOS VINCULADOS AO RPPS - FUNDO EM REPARTIÇÃO (PLANO FINANCEIRO)		8.981.825,23	7.393.678,21	RECURSOS VINCULADOS AO RPPS - FUNDO EM REPARTIÇÃO (PLANO FINANCEIRO)		8.844.429,03	18.262.121,16
RECURSOS VINCULADOS AO RPPS - TAXA DE ADMINISTRAÇÃO		486.490,57	0,00	RECURSOS VINCULADOS AO RPPS - TAXA DE ADMINISTRAÇÃO		0,00	0,00
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS		<u>32.460.830,53</u>	<u>32.511.100,84</u>	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS		<u>32.460.830,53</u>	<u>32.511.100,84</u>
<u>TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA</u>		<u>21.058.141,68</u>	<u>21.772.181,33</u>	<u>TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS - INDEPENDENTES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA</u>		<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
REPASSE RECEBIDO		21.058.141,68	21.772.181,33	<u>TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PARA APORTES DE RECURSOS PARA O RGPS</u>		<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
<u>TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS INDEPENDENTES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA</u>		<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PARA O SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL DOS MILITARES (SPSM)</u>		<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
<u>TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA APORTES DE RECURSOS PARA O RPPS</u>		<u>11.402.688,85</u>	<u>10.738.919,51</u>	<u>TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA</u>		<u>21.058.141,68</u>	<u>21.772.181,33</u>
COBERTURA DE INSUFICIÊNCIAS FINANCEIRAS - FUNDO EM REPARTIÇÃO		11.402.688,85	10.738.919,51	REPASSE CONCEDIDO		21.058.141,68	21.772.181,33
<u>TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA APORTES DE RECURSOS PARA O RGPS</u>		<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PARA APORTES DE RECURSOS PARA O RPPS</u>		<u>11.402.688,85</u>	<u>10.738.919,51</u>
<u>TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA O SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL DOS MILITARES (SPSM)</u>		<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	RECURSOS PARA COBERTURA DE INSUFICIÊNCIAS FINANCEIRAS		11.402.688,85	10.738.919,51
OUTRAS MOVIMENTAÇÕES FINANCEIRAS RECEBIDAS		<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	OUTRAS MOVIMENTAÇÕES FINANCEIRAS CONCEDIDAS		<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
RESGATES DE INVESTIMENTOS DE APLICAÇÕES		0,00	0,00	<u>TRANSFERÊNCIAS PARA INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS</u>		<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
DESBLOQUEIO DE VALORES EM CAIXA		0,00	0,00	<u>BLOQUEIO DE VALORES EM CAIXA</u>		<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
RECEBIMENTOS EXTRA-ORÇAMENTARIOS		<u>15.990.323,89</u>	<u>11.626.459,46</u>	PAGAMENTOS EXTRA-ORÇAMENTARIOS		<u>10.987.058,64</u>	<u>16.202.256,07</u>
				<u>PAGAMENTOS DE RESTOS A PAGAR</u>		<u>315,00</u>	<u>5.738.689,34</u>

FLAUCIO ARAUJO GUIMARAES
 PREFEITO
 896.962.204-72

PAULO EDUARDO PEREIRA DE SANTANA
 CONTADOR
 038.668.604-12

Documento Assinado Digitalmente por: FLAUCIO DE ARAUJO GUIMARAES, PAULO EDUARDO PEREIRA DE SANTANA
 Acesso em: https://etce.tee.pe.gov.br/ep/validaDocumento.aspx?CodigoDocumento: f37ea34b-2c02-44bd-a7ec-b10a51afaf30



NOTA EXPLICATIVA

DEMONSTRAÇÃO DO BALANÇO FINANCEIRO EXERCÍCIO DE 2025

APRESENTAÇÃO

O Balanço Financeiro Individual por Entidade (BFI) foi elaborado em conformidade com o Anexo 13 da Lei Federal nº 4.320/64, o qual teve sua estrutura atualizada pela Portaria STN nº 438/2012, bem como está aderente ao item 3, da Parte V, da 10ª edição do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), conforme Portaria STN nº 877, de 18 de dezembro de 2018, bem como pelas Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC) nº 06.

Os registros contábeis de natureza orçamentária e financeiras utilizados na elaboração deste balanço sofreu interferência de maneira subsidiária pelas normas brasileiras e internacionais de contabilidade aplicadas ao setor público, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade e pela *International Federation of Accountants (IFAC)*, respectivamente.

As operações que deram suporte ao levantamento deste balanço foram registradas em sistemas informatizados em partidas dobradas os quais atendem ao padrão mínimo exigido pelo Decreto Federal nº 7.185, de 27 de maio de 2010. Tais operações foram realizadas durante o ano por servidores municipais efetivos e comissionados, supervisionados pelos diretores de contabilidade dentro de suas respectivas repartições, com o suporte orientativo da Sociedade Comercial de Assistência Municipal Ltda (SOCAM).

O balanço tem por objetivo apresentar o fluxo financeiro da entidade, decorrente das operações orçamentárias e extraorçamentárias apuradas durante todo o exercício de 2025, a qual resulta em aumento ou diminuição das disponibilidades financeiras ao compararmos saldos iniciais e finais.

Para melhor compreensão por parte dos usuários das informações contábeis, foram feitos ajustes na estrutura do balanço para atender as exigências do Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) criado pelo TCE-PE.

RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS:

A seguir serão apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito da entidade, que afetaram a elaboração especificamente do balanço financeiro, tendo em consideração as opções e premissas da legislação afeta a contabilidade aplicada ao setor público.



Bases de mensuração utilizadas:

- a) O balanço financeiro foi elaborado sobre o regime misto. Ou seja, de caixa para as receitas e competência para as despesas, conforme art. 35 da Lei Federal nº 4.320/64, realizando ao final do exercício, a inscrição dos restos a pagar processados e não processados no lado dos ingressos extraorçamentários.
- b) A moeda utilizada para os registros contábeis foi o real com valores históricos e constantes.
- c) Para estruturação do balanço e consequente apuração do resultado financeiro foram utilizadas as classes do plano de contas 1 (Ativo) e 2 (Passivo) para os recebimentos e pagamentos extraorçamentários de depósitos restituíveis e valores vinculados, saldo em espécie do exercício anterior e saldo em espécie para o exercício seguinte. Foi utilizado a classe 3 (Variações Patrimoniais Diminutivas), para as transferências financeiras concedidas e classe 4 (Variações Patrimoniais Aumentativas), para as transferências financeiras recebidas. A classe 5 (Orçamento Aprovado) serviu para o registro da inscrição de restos a pagar e classe 6 (Execução do Orçamento) para o devido registro das receitas orçamentárias e despesas orçamentárias, além dos pagamentos de restos a pagar.
- d) As retenções são consideradas como pagas no momento da liquidação, em contrapartida com contas do grupo extraorçamentários e apropriados orçamentariamente para cada caso, não implicando em interferência no saldo em espécie que necessitem de eventuais ajustes.
- e) Foi incluído no saldo em espécie anterior e final a linha investimentos e aplicações temporárias do nível 1.1.4 por se tratar de investimentos realizados pelo RPPS em títulos de emissão do Tesouro Nacional, em conformidade com as Resoluções CMN nºs 3.992/2010 e 4.392/2014. Esta classificação está em conformidade com o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP) 10ª Edição, tanto em relação a estrutura do plano de contas, como a estrutura das demonstrações contábeis no Anexo V, além de atender o IPC nº 00. Estes valores são idênticos a linha “Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo” no Ativo Circulante do Balanço Patrimonial.
- f) O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades das entidades municipais consolidadas. No BFI é possível realizar a apuração do resultado de duas maneiras obedecendo as seguintes equações:

MODO 1



Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte (-) Saldo em Espécie do Exercício Anterior =
Resultado Financeiro do Exercício

MODO 2

Receita Orçamentária + TFR + Recebimentos Extraorçamentários (-) Despesa Orçamentária (-)
) TFC (-) Pagamentos Extraorçamentários = Resultado Financeiro do Exercício.

Não houve mudanças nas políticas contábeis que impliquem em alterações significativas no BFI decorrentes de normas de contabilidade ou que tenham por objetivo tornar a informação confiável e relevante sobre os efeitos das transações ou outros eventos ou condições acerca da posição orçamentária ou dos fluxos de caixa.

Não há julgamentos pela aplicação das políticas contábeis significativas quanto ao BFI.

A classificação de ativos, a constituição de provisões, o reconhecimento de variações patrimoniais e a transferência de riscos e benefícios significativos sobre a propriedade de ativos para outros órgãos e entidades serão apontados nas notas explicativas do balanço patrimonial, caso existam.

INFORMAÇÕES DE SUPORTE E DETALHAMENTO DE ITENS APRESENTADOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

I. RECEITA ORÇAMENTÁRIA

Destinação Ordinária: é o processo de alocação livre entre a origem e a aplicação de recursos, para atender a quaisquer finalidades.

Destinação Vinculada: é o processo de vinculação entre a origem e a aplicação de recursos, em atendimento às finalidades específicas estabelecidas pela legislação.

RECEITA ORÇAMENTÁRIA		
Descrição	2025	2024
Ordinária	49.763.045,30	46.787.783,29
Vinculada	55.211.047,17	47.652.977,22
Total	104.974.092,47	94.440.760,51

II. TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS

Refletem as movimentações de recursos financeiros entre órgãos e entidades da administração direta e indireta. Podem ser orçamentária ou extra orçamentárias. Aquelas efetuadas em cumprimento à execução do Orçamento são as cotas, repasses e sub-repasses. Aquelas que não se relacionam com o Orçamento em geral decorrem da transferência de recursos relativos aos restos a pagar. Esses valores, quando observados os demonstrativos consolidados, são compensados pelas Transferências Financeiras Concedidas.

TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS		
Descrição	2025	2024
Transferências Financeiras recebidas	32.460.830,53	32.511.100,84
Total	32.460.830,53	32.511.100,84



III. RECEBIMENTOS EXTRA ORÇAMENTÁRIOS

Nesse grupo são evidenciados os ingressos não previstos no orçamento, que serão restituídos em época própria, por decisão administrativa ou sentença judicial.

RECEBIMENTOS EXTRA ORÇAMENTÁRIOS		
Descrição	2025	2024
Inscrição de Restos a Pagar Processados	3.314.120,10	280.668,17
Depósitos restituíveis e valores vinculados	12.676.203,79	11.345.791,29
Total	15.990.323,89	11.626.459,46

IV. DESPESA ORÇAMENTÁRIA

Destinação Ordinária: é o processo de alocação livre entre a origem e a aplicação de recursos, para atender a quaisquer finalidades.

Destinação Vinculada: é o processo de vinculação entre a origem e a aplicação de recursos, em atendimento às finalidades específicas estabelecidas pela legislação.

DESPESA ORÇAMENTÁRIA		
Descrição	2025	2024
Ordinária	55.299.508,51	34.136.548,19
Vinculada	48.922.309,80	63.573.985,23
Total	104.221.818,31	97.710.533,42

V. TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS

Refletem as movimentações de recursos financeiros entre órgãos e entidades da administração direta e indireta. Podem ser orçamentárias ou extra orçamentárias e representam a contrapartida das transferências financeiras recebidas.

TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS		
Descrição	2025	2024
Transferências Financeiras Concedidas	32.460.830,53	32.511.100,84
Total	32.460.830,53	32.511.100,84

VI. PAGAMENTOS EXTRA ORÇAMENTÁRIOS

São evidenciados os pagamentos que não precisam se submeter ao processo de execução orçamentária, como pagamento de restos a pagar e obrigações que representam ingressos extra orçamentários.

PAGAMENTOS EXTRA ORÇAMENTÁRIOS		
Descrição	2025	2024
Pagamento de Restos a Pagar Processados	315,00	5.738.689,34
Depósitos restituíveis e valores vinculados	10.986.743,64	10.463.566,73
Total	10.987.058,64	16.202.256,07

VII. SALDO EM ESPÉCIE PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE

Representa o somatório dos saldos das contas do subgrupo Caixa e Equivalentes de Caixa, bem como o valor das entradas compensatórias no ativo e passivo financeiro, nos termos do parágrafo único do art. 3º da Lei 4320/64.



O valor em espécie para o exercício seguinte, de R\$ 12.235.080,28, é compatível com o saldo em conciliações, fluxo de caixa e balanço patrimonial.

SALDO EM ESPÉCIE PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE		
Descrição	2025	2024
Caixa e Equivalentes de Caixa	12.235.080,28	6.479.540,87
Total	12.235.080,28	6.479.540,87

Amaraji, 31 de dezembro de 2025.

Paulo Eduardo Pereira de Santana
Contador

DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

A administração declara que as Demonstrações Contábeis do Município de Amaraji, compreendendo o período de 01 de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025, apresentam adequadamente a posição patrimonial e financeira da Autarquia e estão em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, dentro dos padrões estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, observadas as limitações decorrentes do processo de adesão as NBCASP e as circunstâncias narradas nas notas explicativas.

Amaraji, 31 de dezembro de 2025.

Fláucio de Araújo Guimarães
Prefeito

Paulo Eduardo Pereira de Santana
Contador